



Relatório Estatístico LAI nº 08 Fevereiro/2023

Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527

Regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Painel Lei de Acesso a Informação!

Pedidos
Recebidos



92

Pedidos
Respondidos



88

Tempo médio de resposta

18 dias

Total de recursos

1ª Instância

2ª Instância

02

00

CGU

CMRI

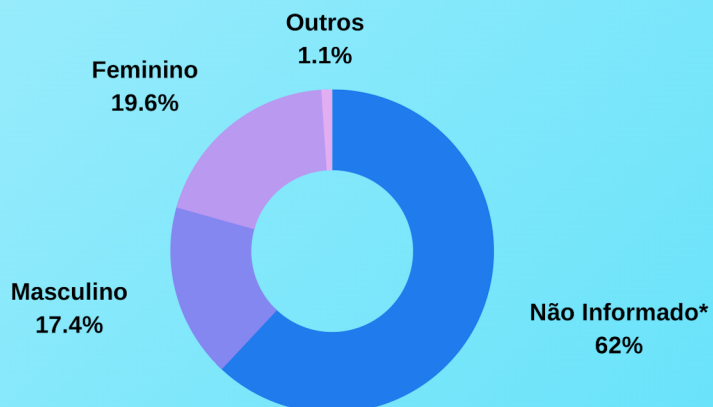
00

00

Perfil do Solicitante

São apresentadas as principais características dos solicitantes de pedidos de acesso à informação no mês de fevereiro de 2023.

Gênero



Escolaridade





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
GABINETE DO MINISTRO
OUVIDORIA-GERAL
DIVISÃO DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Localização dos Solicitantes



Norte

-

Nordeste

BA - 01
SE - 01
RN - 01
PI - 01

Centro-Oeste

DF - 07
GO - 01
MT - 01

Sudeste

RJ - 01
SP - 12
MG - 04

Sul

PR - 06
SC - 01

Não informado*

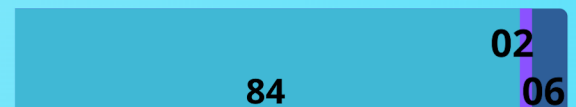
55

Profissão



Tipo de Solicitante

■ Pessoa Física ■ Pessoa Jurídica
■ Não informado*



Pesquisa de satisfação no Fala.BR

Em relação à média de satisfação da resposta pelo usuário, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome está classificado em **3,6** no mês de fevereiro **3,6**, tendo como classificação máxima 5,0.

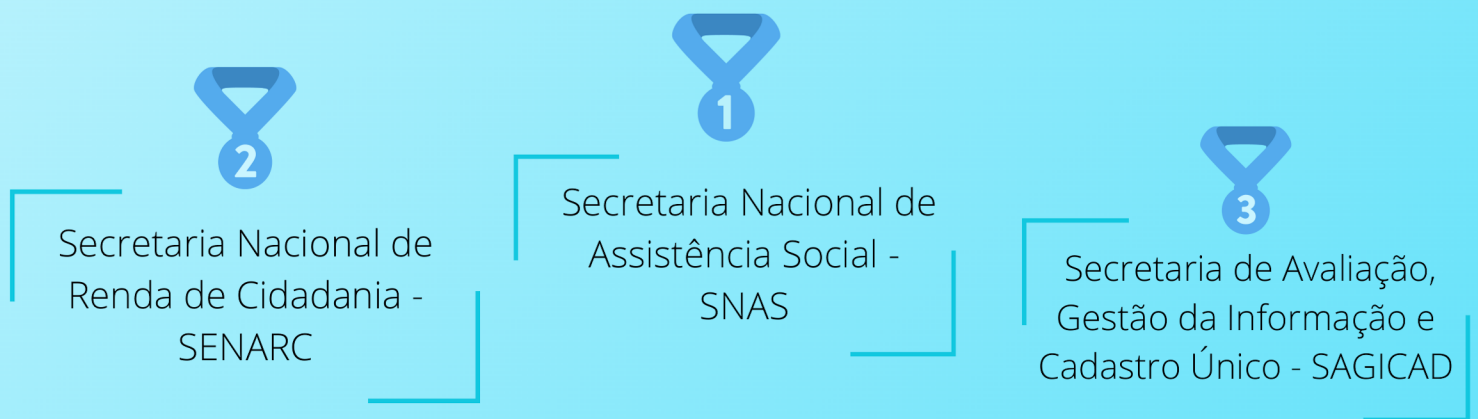


Pedidos que sofreram alteração de tipo

Durante o mês de fevereiro, foram recepcionadas 192 demandas, via Fala.Br, como sendo pedidos de acesso à informação, que foram transformadas em demandas de ouvidoria, por se tratarem de reclamação ou solicitação de providências.

Áreas mais demandadas

Abaixo são apresentadas as áreas mais demandadas em relação aos pedidos de LAI no mês de fevereiro/2023.



- A SNAS faz a gestão da Política Nacional de Assistência Social e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Também garante a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Entre os assuntos mais demandados no mês de fevereiro de 2023, que competem à esta Secretaria, estão: Informações sobre a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS, o Benefício de Prestação Continuada, Sistema Único de Assistência Social - SUAS e informações sobre entidades filantrópicas da assistência social.
- A SENARC é responsável pelo programa do Auxílio Brasil, Auxílio Gás e pelo Benefício Extraordinário. A maior quantidade de demandas do mês de fevereiro de 2023, direcionadas a esta Secretaria, estão: Dados gerais do programa Auxilio Brasil, como o número de pagamentos do benefício, número de famílias cadastradas no programa e empréstimo consignado.
- A SAGICAD tem como objetivo coordenar a gestão, em âmbito nacional, do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. No mês de fevereiro de 2023, os assuntos mais demandados foram: Solicitações de dados do Cadastro Único e informações sobre pagamentos do Auxilio Brasil



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
GABINETE DO MINISTRO
OUVIDORIA-GERAL
DIVISÃO DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Outros assuntos demandados no mês de fevereiro/2023

Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva

Área	Assunto
Subsecretaria de Tecnologia da Informação - STI	<ul style="list-style-type: none">Solicitação de cópias de processosInformações sobre operacionalização dos sistemas internos
Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA	<ul style="list-style-type: none">Solicitação de cópias de processosInformações sobre quadro de funcionários do MDSInformações sobre contratos do MDS
Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas - DACT	<ul style="list-style-type: none">Informações sobre Comunidades Terapêuticas

Secretarias Nacionais

Área	Assunto
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN	<ul style="list-style-type: none">Informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)Informações sobre Programa Alimenta Brasil

Ministério da Esporte - MESP

Área	Assunto
Secretaria Nacional de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEAELIS	<ul style="list-style-type: none">Solicitação de dados do Programa Segundo Tempo
Secretaria Nacional de Esporte de Alto Desempenho - SNEAD	<ul style="list-style-type: none">Informações sobre Bolsa Atleta
Diretoria de Programas e Políticas de Incentivo ao Esporte - DPPIE	<ul style="list-style-type: none">Solicitação de cópias de processos sobre a Lei de Incentivo e Fomento ao Esporte

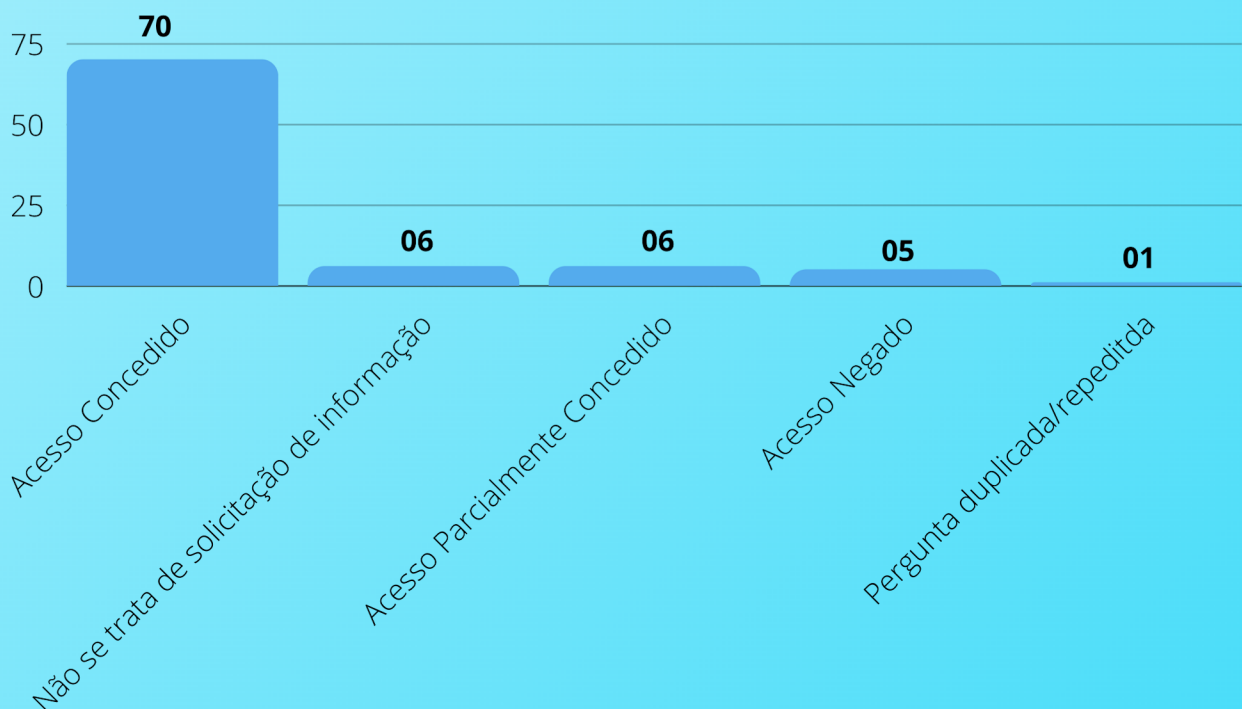


Tipo de decisão

Ao responder um pedido, o órgão deve indicar o "*tipo de decisão*" correspondente:

- **Acesso concedido:** Todas as informações solicitadas foram franqueadas ao requerente.
- **Não se trata de solicitação de informação:** Demandas que não se trata de um pedido de informação, mas de outro tipo de demanda, como, por exemplo, denúncia, sugestão, consulta.
- **Acesso negado:** Negativa da informação devido a motivos previstos em lei, tais como: dados pessoais, Informação sigilosa classificada conforme a Lei nº 12.527/2011, Informação sigilosa de acordo com legislação específica, pedido desproporcional ou desarrazoado, pedido exige tratamento adicional de dados, pedido genérico, pedido incompreensível e processo decisório em curso.
- **Acesso parcialmente concedido:** Apenas parte da informação solicitada foi disponibilizada. Não é considerado "Acesso parcialmente concedido" quando o solicitante pede determinada informação e o órgão concede outra.
- **Órgão não tem competência para responder sobre o assunto:** Não possui competência para responder sobre o assunto acerca do qual foi feita a solicitação. Nesse caso, sempre que órgão souber o órgão responsável pela resposta, ele deve fazer o encaminhamento do pedido por meio do Fala.BR.
- **Pergunta duplicada/repetida:** O solicitante fez o mesmo pedido várias vezes. Nesse caso, deve responder apenas um dos pedidos e nos outros marcar a opção "Pergunta duplicada/repetida", informando o NUP do pedido ao qual foi enviada a resposta.
- **Informação inexistente:** A informação solicitada não existe.

O gráfico abaixo traz informações sobre a quantidade da marcação de cada tipo de resposta no mês de fevereiro/2023.





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
GABINETE DO MINISTRO
OUVIDORIA-GERAL
DIVISÃO DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Transparência Ativa

O Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI), estabelece em seu art. 7º que é dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, o que se denomina Transparência Ativa. Veja a seguir a posição do Ministério da Cidadania, no mês de setembro/2022, na avaliação da CGU, feita por meio do Sistema de Transparência Ativa (STA), contendo 49 itens.



Saiba Mais

Em atenção a nova estrutura regimental do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o MDS passou a integrar o [Painel Lei de Acesso a Informação](#).

O Painel Lei de Acesso à Informação é uma ferramenta desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU) para facilitar o acompanhamento do monitoramento e cumprimento da LAI pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

O Painel LAI disponibiliza informações sobre a quantidade de pedidos e recursos registrados, cumprimento de prazos, perfil dos solicitantes, omissões, transparência ativa, entre outros aspectos. É possível comparar dados de órgãos e entidades com a média do Governo Federal e da categoria da entidade pesquisada.